

PROVA OBJETIVA - CONSELHEIRO TUTELAR -

Leia com atenção estas instruções gerais antes de realizar a prova:

- Confira os dados impressos no cartão de respostas que lhe foi entregue juntamente com a prova. Quaisquer problemas deverão ser comunicados ao fiscal de sala, para registro em ata.
- Junto ao candidato, só devem permanecer o documento com foto e materiais para a execução da prova. Alimentos, medicamentos e água sem o rótulo têm de ser colocados embaixo da cadeira.
- Assine o cartão de respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **25 questões**. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Cada questão da prova constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**, das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha primeiramente o rascunho do cartão de respostas, que se encontra nesta folha; em seguida, passe-o a limpo, com caneta esferográfica azul ou preta.
- Preencha o cartão de respostas completando totalmente a pequena bolha, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
- Serão desconsideradas as questões para as quais o candidato tenha preenchido mais de uma bolha no cartão de respostas, bem como questões cuja bolha apresente rasuras no cartão de respostas
- O cartão de respostas não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal tanto o cartão de respostas quanto o caderno de provas. Você poderá levar consigo apenas o rascunho do cartão de respostas.

RASCUNHO DO CARTÃO RESPOSTA

01	02	03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25		

Certidão
 Certifico que Prova objetiva - Conselho Tutelar
 de 34 de Julho de 2023 foi registrado no
 Livro nº 2 e registro de
 Publicado(e) no Mur* de Avisos e Publicações do Prof.
 Mun. de Poço Fundo em 31/07/2023 nos
 termos do art. 143 da Lei Orgânica Municipal.
 Eli de Lima Pinheiro Ferreira
 Responsável Serviço de Secretaria
 sl Anderson Kelly

1- A Lei nº 13.306, de 04 de julho de 2016, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, a fim de fixar:

- a) Em quatro anos a idade mínima para o atendimento na educação infantil.
- b) Em cinco anos a idade mínima para o atendimento na educação infantil.
- c) Em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.
- d) Em quatro anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.
- e) Em sete anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.

2- As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, segundo a Lei nº 8.069/90, serão obrigatoriamente, e sem constrangimento:

- a) Conduzidas a um serviço de atendimento psicológico.
- b) Orientadas pelo serviço especializado do Conselho Tutelar.
- c) Encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude.
- d) Acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social.
- e) Acompanhadas pelo Centro de Referência de adoção.

3- Sobre o trabalho da criança e do adolescente, é correto afirmar:

- a) É proibido o trabalho de adolescentes em atividades lúdicas.
- b) É proibido para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.
- c) É proibido o trabalho noturno de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendizes.
- d) É proibido o trabalho de crianças em peças teatrais e atividades cinematográficas
- d) É proibido o trabalho de crianças em peças teatrais.

4- Assinale com (X) a única alternativa verdadeira.

- a) O Trabalho Infantil, sem a supervisão de adultos, faz parte do conjunto de violação de direitos de crianças e adolescentes.
- b) O Trabalho Infantil faz parte da cultura brasileira e não há como erradicar.
- c) No conjunto de atividades do trabalho infantil e ameaça ao adolescente trabalhador, a exploração sexual e o trabalho doméstico são reconhecidas, pela OIT, como as formas mais perversas da exploração do trabalho infantil.
- d) A exploração do trabalho infantil não deve ser considerada uma violação de direitos pois faz parte da cultura de cada território e devemos valorizar a cultura local.
- e) A exploração do trabalho infantil para menores de 12 anos não deve ser considerada uma violação de direitos pois faz parte da cultura de cada território e devemos valorizar a cultura local.

5- No Art. 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma-se que a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I- garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II- atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III- horário especial para o exercício das atividades;
- IV- remuneração das horas extras trabalhadas;

Estão corretas, apenas:

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1 e 3.
- c) 1, 3 e 4.
- d) 2, 3 e 4.
- e) 2 e 4

6- O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e não mais como simples portadores de carências, responsabiliza toda sociedade pela criação das condições necessárias ao cumprimento do novo direito. A promoção, prevenção, proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes são garantidos por meio da política de atendimento prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal política requer um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, supondo a participação da sociedade. Assim é que a mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade, definida no artigo 88 (VII) do ECA, é para essa política:

- a) uma estratégia.
- b) uma diretriz.
- c) um princípio.
- d) uma obrigação.
- e) uma atribuição.

7- Ao estabelecer as medidas específicas de proteção, o Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com a doutrina da situação irregular, que presidia o direito anterior e adota a doutrina da proteção integral. Privacidade, prevalência da família, interesse superior da criança e do adolescente, são alguns dos princípios que regem a aplicação dessas medidas. Dessa forma, sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados, a autoridade competente poderá aplicar as medidas previstas no art.101, entre as quais:

- a) encaminhamento a cursos ou programas de capacitação.
- b) obrigação de reparação de dano.
- c) atenção especial cuidadosa.
- d) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- e) internação em estabelecimento educacional.

8- A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. A prestação de serviços à comunidade é uma Medida:

- a) Socioeducativa.
- b) De proteção.
- c) De internação.
- d) De semiliberdade.
- e) Penal.

9- Segundo dispõe a Lei 12.594/2012, é ator que necessariamente intervém no procedimento judicial de execução de medida socioeducativa, sob pena de nulidade, o:

- a) Tabelião.
- b) Ministério Público.
- c) Ministro da Justiça.
- d) Juiz da Vara Criminal.
- e) Presidente da República.

10- O menor pode trabalhar com a idade de:

- a) 16 anos.
- b) 12 anos.
- c) 11 anos.
- d) 10 anos.
- e) 7 anos.

11- A Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é um dos principais aportes legais de proteção à criança e ao adolescente no Brasil. Quanto à idade das pessoas diretamente cobertas por suas disposições, considera-se:

- a) como crianças e adolescentes qualquer pessoa que tenha menos de dezoito anos e não possua meios de prover seu sustento.
- b) como criança e adolescente todas as pessoas com idade entre (01) um e dezoito anos incompletos.
- c) criança a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos.
- d) criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- e) criança, na faixa de zero aos doze anos e jovens, entre doze e vinte e um anos incompletos.

12- O acolhimento institucional, segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) é medida aplicável como forma de evitar a adoção internacional;
- b) é medida provisória e excepcional que não implica privação de liberdade;
- c) tem prazo máximo de duração de três anos, ao fim do qual o acolhido pode ser encaminhado para liberdade assistida ou semiliberdade;
- d) deve observar rigorosa separação dos acolhidos por critérios de gênero, idade e motivo de acolhimento.
- e) deve observar rigorosa separação dos acolhidos por critérios de idade e motivo de acolhimento.

13- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O dispositivo legal ao qual pertence o texto acima é o(a):

- a) Constituição Federal do Brasil.
- b) Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) LDB.
- e) Plano Nacional de Educação.

14- O Conselho Tutelar é órgão contínuo, duradouro e ininterrupto, tendo independência na sua atuação funcional e, embora integrando a administração pública local, não podem suas decisões serem submetidas a escalas hierárquicas desse âmbito. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90, art. 132) em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante

- a) validação do gestor local.
- b) indicação do Conselho de Direitos.
- c) consulta judiciária.
- d) novo processo de escolha.
- e) manifestação de interesse pessoal.

15- Jefferson, adolescente de 17 anos, pratica ato infracional análogo ao crime de furto, subtraindo para si um aparelho de celular, que se encontrava no bolso traseiro da calça de Aparecida, enquanto ambos viajavam em transporte coletivo. Após ser apreendido, Jefferson é levado à delegacia e apresentado ao Ministério Público na mesma data. Concluída a oitiva informal, o Promotor constata que Jefferson não possui passagem anterior pela prática de ato infracional, não está estudando há 2 anos e encontra-se em situação de rua, sendo certo que não foi possível localizar os seus pais. O Promotor de Justiça oferece Representação pela prática do ato infracional análogo a furto em face de Jefferson, requerendo a decretação de sua internação provisória, sendo o pedido acolhido pelo Juiz da Infância e Juventude, durante a audiência de apresentação. Decorridos dois meses da data da apreensão de Jefferson, a audiência em continuação é realizada e o Juiz aplica a medida de internação socioeducativa ao adolescente.

À luz da Lei nº 8.069/90 (ECA) e tendo em vista o caso apresentado, conclui-se que:

- a) a medida socioeducativa adequada ao caso é a internação, pois Jefferson não estuda, está em situação de rua e os seus pais encontram-se em local incerto e não sabido;
- b) a medida socioeducativa de internação não poderia ser aplicada, por se tratar de ato infracional praticado sem grave ameaça ou violência a pessoa e por ser a primeira passagem do adolescente;
- c) a decretação da internação provisória pelo Juiz foi medida adequada, tendo em vista o perfil do adolescente e observância do prazo legal para a aplicação da medida;
- d) o Promotor de Justiça não poderia oferecer Representação em face do adolescente, por se tratar de ato infracional praticado sem grave ameaça ou violência a pessoa e por ser a primeira passagem do adolescente;
- e) o Promotor de Justiça não poderia conceder a remissão ao adolescente, por se tratar de ato infracional análogo a crime contra o patrimônio.

16- A Lei que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é de:

- a) 13 de junho 1990.
- b) 12 de junho 1990.
- c) 13 de julho 1990.
- d) 15 de julho 1990
- e) 20 de julho 1991

17- Acerca da medida socioeducativa de internação, é correto afirmar que:

- a) não constitui medida privativa da liberdade.
- b) é proibida a realização de atividades externas.
- c) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 5 (cinco) anos.
- d) aos 24 (vinte e quatro) anos de idade o adolescente deve obrigatoriamente ser liberado, não podendo ultrapassar essa idade.
- e) não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

18- Sobre as Entidades de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, existem aquelas que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional. Estas deverão adotar certos princípios, dentre os quais é possível citar o(a):

- a) oferecimento de instalações físicas inadequadas e insalubres.
- b) ter em seus quadros pessoas inidôneas e despreparadas.
- c) atendimento generalista e em grupos grandes.
- d) não participação na vida da comunidade local.
- e) não desmembramento de grupos de irmãos.

19- Nos termos da Lei de Acesso à informação (Lei 12.527/2011), a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência do Presidente da República no(s) grau(s), APENAS:

- a) Ultrassegredo.
- b) Segredo.
- c) Reservado.
- d) Ultrassegredo e Segredo.
- e) Ultrassegredo, Segredo e Reservado.

20- De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I Advertência
- II Prestação de Serviço à Comunidade
- III Liberdade Assistida
- IV Prisão Preventiva
- V Acolhimento Institucional

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- e) nenhuma das alternativas.

21) Sobre a Lei 1968 de 2015, é de competência do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente, excerto:

- a) estabelecer políticas municipais que garantam os direitos da criança e do adolescente previstos em Lei;
- b) fiscalizar e controlar o cumprimento das prioridades estabelecidas na formulação das políticas relativas à proposta orçamentária destinada à execução das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, inclusive a que se refere ao Conselho Tutelar;
- c) gerir o Fundo Municipal para atendimento dos Direitos da Criança e do adolescente, a que se refere o artigo 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/90, definindo o percentual de utilização dos seus recursos, alocando-os nas respectivas áreas, de acordo com as prioridades definidas no planejamento anual;
- d) controlar e fiscalizar o emprego e utilização dos recursos destinados a esse fundo;
- e) o acompanhamento da execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente local da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade em que a criança ou adolescente estiver acolhido.

- 22) São deveres do Conselheiro na sua condição de agente público, e conforme o previsto na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº. 8.069/1990, Lei Federal nº 8.429/1992 e outras normas aplicáveis:
- a) Desempenhar as atribuições inerentes à função, previstas no art. 136, da Lei Federal nº 8.069/1990;
 - b) Realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;
 - c) Agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade, decoro e respeito;
 - d) Prestar contas apresentando relatório quadrimestral até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contendo síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.
 - e) Manter conduta pública e particular ilibada;

23) Do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. Art. 39. O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Poço Fundo/MG, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sob a responsabilidade do CMDCA.

Julgue como Verdadeiro (V) ou Falso (F) as afirmativas a seguir:

- I- A candidatura é individual, não sendo admitida a composição de chapas;
 - II- A fiscalização será realizada pelo CMDCA;
 - III- A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- a) V-V-V
 - b) F-F-V
 - c) F-F-F
 - d) V-F-V
 - e) V-V-F

- 24) Art. 81. São deveres do conselheiro tutelar, com exceção:
- a) exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;
 - b) observar assiduidade e pontualidade nos seus atendimentos;
 - c) Autorizar a aplicação dos recursos em benefícios da criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
 - d) atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público,
 - e) prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

- 25) Art. 103. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:
- a) For condenado por sentença em 1º instância, pela prática de crime culposo e doloso ou contravenção penal;
 - b) Tenha sido comprovadamente negligente, omissivo, não assíduo ou incapaz de cumprir suas funções;
 - c) Praticar ato contrário à ética, à moralidade e aos bons costumes, ou que seja incompatível com o cargo;
 - d) Não cumprir com as atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
 - e) Contribuir, de qualquer modo, para a exposição de crianças e adolescentes, em situação de risco, em prejuízo de sua imagem, intimidade e privacidade;

Exemplo:

1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
---	-----------------------	----------------------------------	-----------------------	-----------------------

Você deverá pintar apenas uma alternativa

CARTÃO RESPOSTA

1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

RG/CPF: _____

